



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

Eliane Costa Marinho

**DESENVOLVIMENTO RURAL E DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PA LOTE
XIV CANARANA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

**ARAGUAÍNA-TO
2020**

Eliane Costa Marinho

**DESENVOLVIMENTO RURAL E DINAMICAS SOCIOPRODUTIVAS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PA LOTE
XIV CANARANA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

Artigo apresentado no curso de graduação à UFT
- Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Araguaína, para obtenção do
título de Graduação do curso de Gestão de
Cooperativas, sob orientação do Prof.º Dr.º
Cleiton Milagres.

**ARAGUAÍNA-TO
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M338d Marinho, Eliane Costa.

DESENVOLVIMENTO RURAL E DINAMICAS SOCIOPRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PA LOTE XIV CANARANA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA. / Eliane Costa Marinho. – Araguaína, TO, 2020.

31 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2020.

Orientador: Cleiton Milagres

1. Assentamentos. 2. Agricultura Familiar. 3. Sustentabilidade. 4. Êxito Rural. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Eliane Costa Marinho

**DESENVOLVIMENTO RURAL E DINÂMICAS
SOCIOPRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE
REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PA LOTE XIV CANARANA
EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

O artigo foi avaliado e apresentado à UFT-
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Araguaína, curso
de Gestão de Cooperativas para obtenção
de título de graduação e aprovado em sua
forma final pelo orientador e a banca
examinadora.

Data da aprovação 01/12/2010

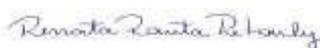
Banca examinadora:



Prof.º Dr.º Cleiton Milagres - UFT



Prof.ª Dr.ª Roseni Aparecida de Moura



Prof.ª Msc. Renata Rauta Petarly

Dedico primeiramente a Deus, aos meus pais Manoel Marinho e Domingas, meu esposo Lenivaldo Aguiar e minha enteada Leticia Costa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e saúde, para que mesmo na dificuldade eu não me abalasse.

Ao meu pai Manoel Pereira Marinho e minha mãe Domingas Costa Marinho, que sempre me apoiaram nessa caminhada e me deram forças nos momentos difíceis.

Ao meu marido Lenivaldo Aguiar que sempre me apoiou nos meus objetivos de vida desde o ensino médio até minha graduação, sendo meu amigo, companheiro, e meu alicerce.

A minhas amigas, Adriana minha comadre, Jéssica, Kássia, que tive a honra de conhecer na Universidade e irei levar para sempre em meu coração.

Aos meus amigos Alexandre Hugo e Keven Kamylo que conheci durante minha graduação e quero levar para minha vida.

Aos meus irmãos, Fátima, Flávio, Fábio e Eliete que sempre estiveram me apoiando e dando forças para nunca desistir dos meus sonhos apesar das dificuldades.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cleiton Milagres, que de forma impecável conseguiu transmitir todos os conhecimentos a mim, sanando sempre todas as minhas dúvidas da melhor maneira possível.

A Kenia Rodrigues, minha amiga que sempre esteve do meu lado durante minha graduação sendo meu braço direito durante a execução do meu TCC.

A CVU, e todos os envolvidos durante meu estágio, sem vocês esse sonho não seria possível.

A Universidade Federal do Tocantins e todos os seus docentes por contribuir durante o curso para minha formação.

A todos os amigos que tive o prazer de conhecer ao longo dessa etapa e que faço questão de levar para a vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar as transformações ocorridas na área onde atualmente está situado o Assentamento Canarana. A história e o desenvolvimento do assentamento rural apresenta um lugar em que a terra era utilizada apenas para a produção de etanol, e que a luta e a redistribuição de terras na região de Conceição do Araguaia deu lugar a novos contextos de desenvolvimento rural. O estudo mostra que as políticas públicas de investimento nas terras distribuídas pela reforma agrária ajudou a agricultura familiar na valorização de suas terras e a sustentabilidade, uma vez que aumentou o investimento em plantio nesta região, possibilitando não só a capacidade de compra e venda da produção familiar, mas também melhorando os meios de vida das famílias assentadas. Metodologicamente, o estudo foi realizado com base em documentos e referências bibliográficas da região. Para clarificar os dados, foram utilizados mapas que mostram o antes e depois da criação do PA Canarana e como a transformação de uma grande propriedade em inúmeras propriedades da agricultura familiar, possibilitou a inserção de vários plantios e como esse cultivo tem sido ampliado. Apesar da nova estruturação a realidade do rural ainda é precária quanto ao escoamento da produção tendo em vista as dificuldades de acesso nas rodovias para Conceição do Araguaia.

Palavras-Chave: Assentamentos. Agricultura Familiar. Êxito Rural. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work has how objective to relater the transformation occurred in the area where the Canarana settlement is located today. The history and development of the rural settlement presents a place where land was used only for ethanol production, and that the fight and land redistribution in the Conceição do Araguaia region gave way to new rural development contexts. The study shows that the public politics of investments in the lands distributed for the agrarian reform helped family agriculture in valorization your lands and sustainability, since it increasing investments in planting in this region, possibiliting not only the capacity to buy and sell family produce, but also improving the livestyle of families settled. Methodologically, the study was based on documents and bibliographic references of the region. To clarify the data, maps were used to show the before and after the creation of PA Canarana and how the transformation of a large property in numerous properties of family farming, enabled the insertion of several plantations and how this cultivation has been expanded. Despite the new structure the rural reality is still precarious regarding the flow of production in view of the difficulties of access on the roads to Conceição do Araguaia.

Key words: Settlement. Rural Success. Familiar Agriculture. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa Conceição do Araguaia – PA.....	20
Figura 2 - Mapa com as diversidades de produção no lote Canarana em Conceição do Araguaia-PA.....	24
Figura 3 - Estrada do lote XIV Canarana em Conceição do Araguaia-PA.....	25

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Relação dos projetos de Assentamento agrário no município de Conceição do Araguaia-PA.....	16
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa de Alimento Escolar
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PA	Projeto de Assentamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo Geral.....	12
2.2	Objetivos Específicos.....	12
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1	Lutas por terras e desenvolvimento local.....	13
3.2	Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.....	16
3.3	Assentamentos na Amazônia.....	17
3.4	Caracterização do local de estudo.....	19
3.5	Ocupação da fazenda Santa Maria da Canarana.....	21
3.6	Canarana na atualidade- lote 14.....	23
4	METODOLOGIA.....	25
5	RESULTADOS.....	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as transformações que foram ocorridas na área onde se organiza os agricultores familiares assentados do Projeto de Assentamento Canarana. O assentamento rural está localizado no município de Conceição do Araguaia, estado do Pará e foi criado a partir da luta pela terra.

Para se ter uma ideia, a luta por reforma agrária no Pará estava se tornando cada vez mais forte a partir das discussões, na década de 80, do governo Sarney de propor uma reforma agrária para o país. Entretanto, os governantes tinham medo de que isso se tornasse uma nova guerrilha como foi a do Araguaia. Os estudos da reforma agrária na região de Conceição do Araguaia (TERENCE, 2013; PUIPIO, 2018) apresentam o resultado da luta de um povo, por meio dos movimentos sociais, na distribuição de terras que culminou na criação de vários assentamentos nesta região.

Ainda que uma distribuição de terras tenha ocorrido, muitos trabalhadores rurais e posseiros que já estavam nessa região, passam por dificuldades para manter a sobrevivência na terra. A vulnerabilidade econômica, a falta de crédito para novos investimentos e o tamanho desigual dos lotes que foram divididos sem uma preocupação com a qualidade do solo e da aptidão agrícola acarreta a busca constante de melhorias para o desenvolvimento rural e o fortalecimento de políticas públicas. Na trajetória histórica do Assentamento Canarana percebe-se que a problemática não foi diferente.

A distribuição de terra beneficiou inúmeras famílias com o sonho de um pedaço de chão para sobreviver, mas o não tratamento adequado para que a região pudesse prosperar ocasionou no abandono e vendas das terras. Essa situação foi semelhante em outros lugares da região Amazônica, justamente pela dificuldade encontrada de acesso das famílias para produzir e escoar a produção. Ainda que haja dificuldades nesse caminho, o reconhecimento dos assentados como agricultores familiares possibilitou, por meio de políticas públicas, que a categoria conseguisse melhorias em relação aos meios de vida e com isso conseguir obter renda.

Desse modo, a indagação que norteia esse estudo é: **De que forma os agricultores familiares assentados do Projeto de Assentamento (PA) lote 14 Canarana, organizam suas atividades produtivas frente às transformações agropecuárias ocorridas no contexto do desenvolvimento rural de Conceição do Araguaia/PA?**

Movimento guerrilheiro do Araguaia ou “Guerrilha do Araguaia” foi um conjunto de várias ações deliberadas de um grupo formado, em sua maioria, por jovens estudantes universitários, operários, profissionais liberais e políticos orgânicos de cunho ideológico, cujo objetivo era instaurar um novo sistema sociopolítico no país (BARBOSA, 2016, P. 25).

Mesmo com a dificuldade na hora de vender os seus produtos na cidade, por serem estradas de chão, suas terras ainda estão bem estruturadas e com menores evasão para às cidades vizinhas.

Enfatiza ainda que, a qualidade de vida e as terras desses moradores do Assentamento Canarana melhorou a partir da agricultura familiar, e através disso puderam plantar, colher e vender seus insumos seja na cidade ou mesmo na beira da estrada que dá acesso as suas terras. Aborda ainda que deve ser disponibilizados recursos para pavimentação das estradas que dão acesso aos diversos assentamentos da região de Conceição do Araguaia para o melhor escoamento da produção dos trabalhadores rurais de sua região, fazendo assim que gire a economia tanto da cidade quanto do campo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Apresentar e refletir sobre a organização produtiva dos agricultores familiares assentados do Projeto de Assentamento Canarana em Conceição do Araguaia/PA lote 14.

2.2 Objetivos Específicos:

- Verificar o uso e ocupação do solo e a aptidão agrícola no período inicial e atual do PA Canarana no município de Conceição do Araguaia/PA.
- Identificar, por meio de imagem de satélite, a produção nas propriedades do PA Canarana no município de Conceição do Araguaia/PA.
- Identificar a destinação da produção agropecuária e a dificuldade encontrada pelos agricultores familiares assentados do PA Canarana no município de Conceição do Araguaia/PA.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica foi estruturada em tópicos com base no levantamento bibliográfico realizado via “string” de busca no Google scholar.

3.1 Lutas por terras e desenvolvimento local

Os movimentos sociais rurais se intensificaram na década de 80, em busca por terras para o plantio e melhoria na qualidade de vida com ajuda das igrejas católicas se tornaram mais organizadas. A luta pela terra se consolida com inúmeros conflitos entre trabalhadores rurais e os fazendeiros, latifundiários e donos dos castanhais, que levaram à morte dezenas de trabalhadores rurais e lideranças sindicais, desta forma esses conflitos se tornaram mais frequentes também na região de Conceição do Araguaia. (FERREIRA, et al. 2016).

Neste contexto foi necessário acontecer uma grande luta pelos menos favorecidos, na busca por reconhecimento e posse das terras devolutas para reforma agrária. Para Pupio (2018) o plano de Desenvolvimento da Amazônia trouxe uma intensificação dos imigrantes para a região de Conceição, pois envolviam negociações por terras devolutas (parte ocupada por posseiros), estrategicamente negociadas pelo estado em favor de grandes empresas agropecuárias, que recebiam a doação ou por conversão dos impostos retidos na fonte, como forma de atrair grande capital, desta forma houve um grande aumento da exploração da força de trabalho e o sub emprego na região.

Devido a intensa mobilização dos trabalhadores em busca de terras, começaram os investimentos por parte do governo federal na criação dos projetos de assentamentos e isso se tornou responsável diretamente pelo desenvolvimento social que a política da época preconizava. Segundo Ferreira (2011) em Conceição do Araguaia, foram criados 37 projetos de assentamento (PA), com cerca de 4.270 famílias assentadas, numa área total de 227.193,62 hectares, sendo que apenas um destes assentamentos foi desapropriado com uma área de cerca 60.000 hectares pertencentes a um banco privado.

A tabela a seguir apresenta os dados dos assentamentos no município de Conceição do Araguaia.

Tabela 01: Relação dos Projetos de Assentamento agrário no município de Conceição do Araguaia

Ord	Projeto	Imóvel de origem	Quant assentados	Área (ha)	Data criação
1	Pa Joncon/3 Irmãos	Faz. Joncon - Três Irmãos	377	25.211,7089	07/08/1987
2	Pa Ingá	Faz. Ingá	99	10.650,4272	23/03/1988
3	Pa Menina Moça	Faz. Menina Moça IV	67	3.596,0000	11/11/1988
4	Pa Arraias	Faz. Arraias	73	4.006,0000	31/10/1991
5	Pa Centro da Mata	Faz. Centro da Mata	103	4.356,0000	02/09/1992
6	Pa S. José dos 3 Morros	Lote 50 Gl.Conceição	20	2.500,0000	24/09/1992
7	Pa Ingá II	Faz. Ingá Lote 03 e 4-A	70	4.531,3165	12/08/1993
8	Pa Ingá III	Faz. Ingá Lotes 4-B, 5-B, 5-C	70	3.368,1539	12/08/1993
9	Pa Apertar da Hora	Faz. Apertar da Hora	72	4.356,0000	22/07/1994
10	Pa Lontra	Fazenda Lontra	69	2.441,1850	23/10/1995
11	Pa Pecosa	Fazenda Pecosa	180	7.922,7200	23/10/1995
12	Pa São Domingos	Fazenda São Domingos	65	2.470,8200	23/11/1995
13	Pa Santo Antônio	Faz. Lajedo da Missa	77	3.801,7198	17/05/1996
14	Pa Canarana	Faz. Canarana	305	12.851,2900	24/09/1996
15	Pa Curral De Pedras	Faz. Curral De Pedras I e II	154	8.223,2380	24/09/1996
16	Pa Maria Luiza	Fazenda Maria Luiza	79	3.694,6300	06/11/1996
17	Pa Nazaré	Fazenda Nazaré	247	12.968,0000	14/07/1997
18	Pa Novo Araguaia	Fazenda Araguaia	85	3.747,0000	14/07/1997
19	Pa Gaúcha	Fazenda Gaucha	90	3.965,5093	10/09/1997
20	Pa Pe Josimo Tavares	Fazenda Tainá Rekâ	1.126	60.655,7060	07/10/1997
21	Pa Milhomem	Fazenda Milhomem	53	1.630,8525	15/10/1997
22	Pa Primavera E Outros	Fazenda Primavera	47	2.901,8500	22/10/1997
23	Pa São Raimundo	Fazenda Santa Maria	19	970,2000	16/11/1998
24	Pa Indiaporã	Faz Indiaporã Lote 54	63	2.639,0000	14/01/1999
25	Pa Santa Cruz	Fazenda Santa Cruz	41	1.742,4000	05/10/1999
26	Pa Chibil	Fazenda Chibil	76	2.488,8055	30/12/1999
27	Pa Pedra Preta	Fazenda Pedra Preta	49	2.447,6846	30/12/1999
28	Pa Santa Eudóxia	Faz. Santa Eudoxia	71	3.436,1714	15/06/2000
29	Pa Marrecas Do Araguaia	Fazenda Marrecas	93	3.676,3451	26/11/2001
30	Pa Paragominas	Faz Paragominas	35	1.554,7527	20/09/2004
31	Pa Cocalinho	Faz Cocalinho	28	1.281,4276	25/11/2004
32	Pa Consolação	Fazenda Consolação	90	4.117,0468	08/08/2005
33	Pa União Batente	Faz Batente	103	4.030,3708	27/11/2009
34	Pa Aguas Claras	Faz Campo Alegre	28	1.434,1175	29/12/2009
35	Pa Santa Mariana	Faz Santa Mariana	50	1.829,3971	29/12/2009
36	Pa Cristo Rei	Faz Cristo Rei	34	1.366,000	09/11/2015
37	Pa Estivas	Faz Estiva	64	2.774,6179	19/05/2015
	TOTAL		4.372	225638,4641	

Fonte: RB Incra, 2017

Os trabalhadores rurais e posseiros precisaram se organizar mediante ao enfrentamento que juntos passaram e fortaleceram o seu grupo com relação de companheirismo e cooperação elevando assim a classe dos trabalhadores rurais. Segundo Pupio (2018) e com base nos dados do SIPRA/INCRA (2016) a igreja católica teve um importante papel na defesa dos camponeses

e posseiros na região, levando um consenso entre eles quanto aos aspectos da luta pela terra e do trabalho coletivo. O grupo se fortaleceu e por meio do movimento organizado forçou o governo a tratar com mais seriedade a questão de distribuição de terras e a equidade política (PUPIO, 2018).

Mesmo com os investimentos pelo governo na distribuição de terras na região Sul do Pará, os investimentos em políticas públicas voltadas as necessidades dos pequenos agricultores e posseiros não foram suficientes, assim, iniciou-se uma nova demanda de luta, agora pela sobrevivência e permanência na terra.

A busca por crédito e outros benefícios para investimento na terra foi o início de uma nova luta para os posseiros e trabalhadores rurais. Para tanto, os colonos tiveram que se organizar para representar sua comunidade em Brasília na busca por benefícios sociais. Mesmo Conceição do Araguaia possuindo uma produção voltada para pecuária de corte, que resulta também para produção de couro (SOARES 2017), existe também uma boa relação com a indústria, o que acarretou num dilema entre o aumento de assentamentos na região e a expansão das indústrias, o que de certa forma fez com que a população tivesse que investir em serviços relacionados também na agricultura.

Para Santos e Mitja (2012) o crescimento local a partir de uma perspectiva histórica, condicionou o desenvolvimento local ao exercício da cidadania, que está ligado as pessoas que moram, trabalham e que eventualmente visitam o local, pois produzem e vendem seus produtos. Por outro lado as pessoas que consomem produtos na região ajudam no crescimento e no desenvolvimento da região onde vivem.

Pensar no desenvolvimento a partir da ideia de território surge como uma necessidade de potencializar mais as ações coletivas, fortalecer os grupos e organizações locais, os atores sociais, viabilizando uma maior interação entre estes. Logo, esse desenvolvimento precisa estar sintonizado com as demais dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural. No caso do território do sudeste do Pará, devido a sua complexidade, é importante repensar urgentemente, a partir do papel da agricultura familiar, uma nova lógica de desenvolvimento territorial (SANTOS e MITJA, 2012 apud PTDRS DO PARÁ, 2006).

O desenvolvimento de um local está diretamente ligado aos agentes trabalhadores que moram e buscam juntos por melhorias para onde vivem. E para o meio rural as comunidades devem buscar e melhorar as características e potencialidades do local buscando vantagens e jamais esquecer que esse desenvolvimento deve buscar respeitar a natureza, sendo ela sustentável.

E esse desenvolvimento ocorre quando a comunidade junto com representantes seja da cidade e do meio rural cooperam entre si e trabalham juntos para estimular atividades comerciais locais, resultando em uma economia forte e sustentável de forma que todos participem e melhorem sua qualidade de vida

3.2 Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável

A agricultura familiar, é uma atividade de plantio realizadas em pequenas propriedades rurais ou assentamentos, que são feitas por grupos de famílias agricultoras para sua subsistência. A colheita da plantação familiar serve para seu próprio sustento e ainda, para venda nas feiras de sua região, servindo assim para o consumo de parte do local onde vive.

De acordo com o n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Em seu artigo terceiro estabelece os quesitos para que seja considerado agricultor familiar ou empreendimento familiar rural, são eles:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O Art ° IV em seu inciso 4° da mesma lei diz que:

Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores (BRASIL, 2006).

Os trabalhadores rurais que têm a agricultura familiar como sua principal fonte de renda pode ser beneficiado com programas do governo para o desenvolvimento do meio rural. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi uma resposta de antigas lutas organizadas pelos trabalhadores rurais. O objetivo dessa linha de ação é fornecer “apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas pelos agricultores familiares e suas organizações” (SILVA. 1999, p5).

O desenvolvimento sustentável tem sua base no uso racional dos recursos da natureza para garantir a qualidade de vida e diminuição dos problemas ambientais. O Equilíbrio entre plantar, consumo, e melhoria da qualidade de vida por meio dos recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com

os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição de poder; e com os valores pessoais e a cultura.” (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011, p. 132)

A agricultura é um meio de trabalho e geração de renda que permite produzir alimentos e recursos renováveis. Ela também permite que homem se desenvolva por meio da venda de sua produção e contribui, também, para o desenvolvimento do meio rural. O meio agrário mesmo dos pequenos produtores, tem desempenhado um grande papel e contribuindo para a conservação da biodiversidade através do uso consciente das terras, e respeitando às condições naturais.

3.3 Assentamentos na Amazônia

O processo de divisão da terra pela reforma agrária é reforçada lá pelo início dos anos 1980, a partir daí muitos conflitos ocorreram na região Norte e o medo que tivesse uma revolta que resultassem em outra guerrilha, como ocorreu a guerrilha do Araguaia, fez com que o governo se movesse articulando um ministério extraordinário para os assuntos de reforma agrária e dois grupos para resolver essas dificuldades.

A partir de 1985, a questão da reforma agrária passou a ser claramente assumida pelo governo como uma prioridade nacional. O presidente Sarney, por exemplo, promulgou um plano ambicioso, que previa a instalação de 1,4 milhões de famílias em lotes de reforma agrária. Contudo, apesar de ser mais rápido do que nos períodos anteriores, o ritmo dos assentamentos não acompanhou as metas. Até 1990, somente 90.000 famílias haviam sido instaladas. Ressalte-se que, no mesmo período, os estados usaram da sua maior autonomia, adquirida (TOURNEAU e BURSZTYN. 2010, p.115).

O investimento nos assentamentos próximos a cidade pode proporcionar, melhoria e desenvolvimento na vida tanto dos assentados quanto melhora a renda dos pequenos empreendimentos do município

Apesar de ser distribuída bastante terra na região Amazônica, os trabalhadores rurais e posseiros tiveram dificuldades para sobreviver em suas novas propriedades, a vulnerabilidade econômica, falta de financiamentos rurais, tamanho dos lotes para devido investimento neles, fez com que os trabalhadores buscassem por novos incentivos e políticas públicas para permanecer nas terras advindas da reforma agrária.

É importante destacar que a implementação de políticas públicas na área de sustentabilidade no meio rural é muito importante para o desenvolvimento do meio e da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e posseiros. A falta de infraestrutura e políticas

voltadas para desenvolvimento dos assentamentos acarretaram um intenso desmatamento e mau uso dos recursos naturais (SOUZA et al, 2018, p. 37).

Visando superar a dicotomia entre a economia desenvolvidas nas áreas da reforma agrária e a proteção ambiental, o governo através do INCRA começa a investir em políticas voltadas para conservação do meio ambiente nos assentamentos por meio da integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Enfrentando as dificuldades em ocupar grandes lotes de terras, os trabalhadores foram se organizando coletivamente em busca de políticas para alcançarem créditos para investimento em suas terras. Afim de que os assentados estivessem aptos a acessarem o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), modalidade ampliada de financiamento que permite maior autonomia aos assentados rurais (PUPIO, 2018). Dentre as políticas públicas implantadas para o crescimento e desenvolvimento da região Amazônica estão: Luz Para Todos; que tem o intuito de levar luz em todos os lugares como forma de inclusão, e o assentado tem a instalação gratuita; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa de Alimento Escolar (PNAE), esse pequeno agricultor, produz e vende para os municípios onde adquire sua renda familiar, é uma parceria governo e agricultores familiar que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes. Esses são uns dos principais apoios governamentais para os assentamentos em prol do fortalecimento da agricultura.

Para combater o desmatamento na região da Amazônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) buscou criar ações estruturantes para complementar a gestão ambiental no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais, com o intuito de alcançar a vida sustentável das famílias assentadas pela reforma agrária. Para tanto foi criado, conforme (SOARES, 2017)

O acesso à assistência técnica e ao crédito rural é fator decisivo para a implementação de uma Reforma Agrária adequada à região amazônica, então impregnada de um novo paradigma, consolidado a partir de 2006, com a criação de assentamentos ambientalmente diferenciados, onde a manutenção da floresta tenha maior valor e traga desenvolvimento econômico e social para os assentados.

Esse acesso se fez necessário por causa da carência dos assentados por apoio técnico para a implementação de sua terra, aprender a gerenciar, aprender novos saberes para poder investir de maneira sustentável, para que não cresçam os motivos para o desmatamento de seu lote.

De forma a solucionar o caso do desmatamento, nas áreas de reforma Agrária o INCRA, em 2006 desenvolveu ações para incorporar a gestão ambiental no desenvolvimento dos

assentamentos rurais, buscando alcançar a sustentabilidade das famílias assentadas. Essas ações apresentam um novo molde de assentamento que se preocupa com o modo de usar os recursos naturais. De acordo com Soares (2017) *apud* INCRA (2008), os planos de ações foram:

- Plano de Ação Ambiental, buscando a recuperação das áreas protegidas dentro dos assentamentos rurais, na perspectiva de geração de renda e da melhoria de qualidade de vida das famílias assentadas.
- Programa Assentamentos Verdes, consiste em uma pesquisa intensa e minuciosa da área devastada pelo desmatamento, afim de produzir meios para impedir que continue acontecendo.

Então a melhoria na qualidade de vida dos assentados da Amazônia, deve estar ligada em seu desenvolvimento sustentável, não apenas o econômico, o crescimento de forma responsável, está ligado o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para (SOARES, 2017).

O desenvolvimento só pode ser chamado de sustentável, quando há esse equilíbrio e o crescimento econômico não descuidem da preservação dos recursos naturais e da promoção do bem-estar social, em atenção às presentes ou futuras gerações.

Cuidar das futuras gerações e trabalhar pela sustentabilidade, é uma forma de solidariedade, mesmo com os risco ambientais que a natureza sofre. A prevenção a degradação do meio ambiente, e o uso de seus recursos de forma consciente é uma das melhores forma de sustentabilidade.

3.4 Caracterização do local de estudo

A cidade de Conceição do Araguaia fica localizada a sudeste do estado do Pará. O mapa a seguir apresenta a região.

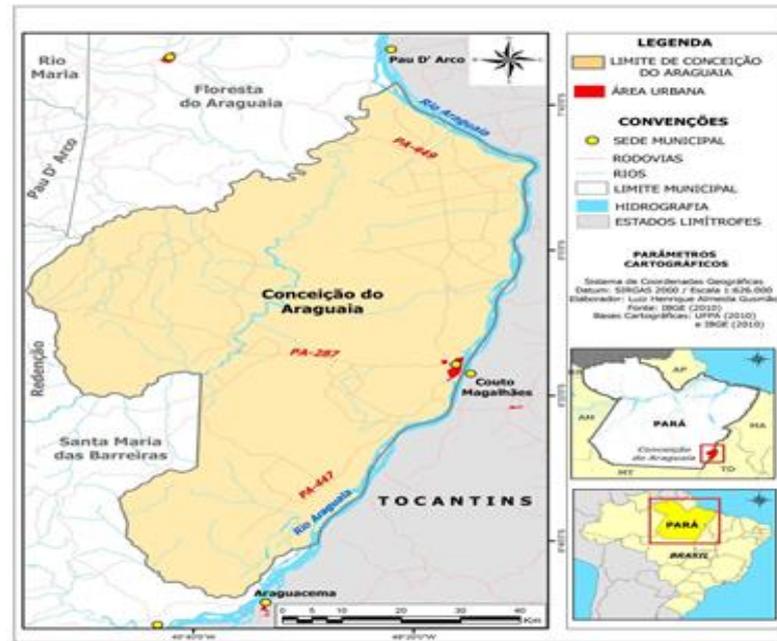


Figura 01 – Mapa Conceição do Araguaia – PA

Fonte: Elaborado por Luiz Henrique A. Gusmão, (LOPES; GLÓRIA; RIBEIRO, 2018).

De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado em 2019, a população está estimada em 47.864 habitantes. Em 2017, o salário médio era de 2,1 salários-mínimos. A região do município de Conceição do Araguaia concentra atividade econômica bastante forte à pecuária de corte, o que é bastante favorável para fabricação de couro.

Em 1908, época que o Brasil estava exportando borracha, em Conceição do Araguaia todos os dias chegavam famílias e mais famílias em busca de trabalho na extração da borracha. Naquela época os limites deste território ainda não tinham se estabelecido, e deveria pertencer ao território que melhor conduzisse o desenvolvimento daquele local. De acordo com Luz, (2011) Conceição apesar de seu crescimento devido a febre da borracha, estava abandonada pelo estado do Pará. Então, a população pediu ao governo federal um documento que Conceição do Araguaia fosse incorporada ao antigo estado de Goiás (hoje estado do Tocantins), porém mesmo com essa provocação para que houvesse uma mudança, nenhuma melhoria foi direcionada ao povoado de Conceição.

Foi em janeiro de 1910 que Conceição do Araguaia foi emancipada, mas a data oficial do primeiro aniversário da cidade ficou no dia 30 de maio de 1972 (LUZ, 2011).

Com mais de um século de história, o município surgiu a partir da missão católica do dominicano francês Frei Gil de Vila Nova, coordenada pelo governo do Grão-Pará, com o objetivo de catequizar os índios Karajá e Kaiapó que viviam na região, usufruindo dos benefícios da floresta e do rio Araguaia. (FERREIRA et al, 2016, p. 144).

Com a grande migração para o campo em 1960, houve mudanças na naturalidade dos habitantes no sudeste do Pará, o que antes predominavam nesta região eram os índios, e já em população reduzida pelo contato com brancos, e por uma população ainda menor de caboclos. O que classificou a diversidade dos imigrantes atraídos ou por terra, ou por emprego, ou mesmo por projetos de colonização oficiais, como sendo posseiros, sitiantes e colonos (Ferreira et al., 2016 *apud* Ianni, 1979).

Para Machado (2015) o município de Conceição do Araguaia possui 37,7% do seu território destinado a assentamentos rurais de reforma agrária, com capacidade para 2.325 famílias assentadas. O que o torna um município com ênfase no rural, e os assentamentos da região fazem parte da realidade e do desenvolvimento desse local e com a chegadas dos assentamentos, o pequeno produtor tem onde plantar, colher e vender sua produção, seja na feira ou no comércio e adquirindo o poder de compra e fazendo com que a economia local gire.

3.5 Ocupação da fazenda Santa Maria da Canarana

A luta pela terra, em forma de ocupações no Brasil se tornou bastante frequente na busca da reforma agrária e por uma redistribuição de terra no país. É uma estratégia de luta pela construção de uma sociedade dotada de justiça, dignidade e menos desigualdade social. Os assentamentos são exemplos da luta de um povo pelo direito a uma terra para sua moradia de onde possa tirar seu próprio sustento. Houve muitas disputas de terra na região de Conceição do Araguaia, para só então ser criado o projeto Canarana.

O meio de vida ligado às experiências em assentamentos rurais de Conceição representa uma construção na forma de sobrevivência e inovação para os trabalhadores rurais. A partir da constituição de Canarana a vida dos assentados naquela região só melhorou onde os produtores podem trabalhar com a sua família, plantando, cultivando seus produtos onde podem vender no comércio local ou na feira do produtor rural que fica a 36 km do assentamento, no município de Conceição do Araguaia, por meio da PA- 449. Apesar da terra ter sido um benefício para o desenvolvimento e povoação do lugar, ainda é um local de difícil acesso, pois é “estrada de chão”, não pavimentada e com muitos buracos.

Os colonos (agricultores familiares) que vivem nessa região relatam as dificuldades que enfrentam para levar seus produtos até a cidade pois as estradas no período chuvoso ficam intransitáveis com muitos buracos e lama, pois não são asfaltadas e não estão em boas condições

causando inúmeros acidentes e muito atoleiro, o que impossibilita a travessia dos produtores para que sua produção chegue sem problemas ao seu destino.

A História do Assentamento Canarana ocorreu ao mesmo tempo em que a busca por distribuição de terras acontecia de forma marcante na década de 90 no Brasil. De acordo com Tenence (2013) nos anos 1980, as terras da fazenda Canarana pertenciam a uma família de empresários e pecuaristas paulistas. A fazenda tinha como proprietários, José Cassiano Gomes dos Reis, sendo ele de São Paulo/SP, José Cassiano dos Reis Junior, residente em Curitiba/ PR e José Carlos Galvão Gomes dos Reis, de São Paulo/SP, sendo os dois primeiros engenheiros agrônomos. Com o intuito de produzir etanol na fazenda, a Agropecuária Santa Maria da Canarana, obteve pelo Banco do Brasil um crédito, na época, no valor de Crs\$ 2.121.916.902,00 (dois bilhões cento e vinte e um milhões novecentos e dezesseis e mil e novecentos e dois cruzeiros). Investimento esse para iniciar uma destilaria de álcool, para atingir 60 mil litros de etanol por dia. A fazenda que tinha 12.851 hectares foi dada como garantia junto com todo maquinário e são apresentados nos estudos de Tenence (2013).

Esses foram os primeiros donos registrados dessa área que hoje é o assentamento Canarana- lote 14. E por causa da intensa produção de etanol houve um grande desmatamento na área que deveria ser de preservação ambiental, além da contaminação dos córregos. Para Tenence (2013) uma análise do INCRA culminou na desapropriação da fazenda Santa Maria da Canarana, e que seus proprietários não tinham interesse realmente na fabricação de etanol, pois a plantação de cana-de- açúcar existente na fazenda era pequena para atender a demanda, eles estavam querendo apenas o benefício do crédito fornecidos e benefícios do governo para o investimento na terra. Então depois que ocorreu a desapropriação da fazenda, em 1990 ocorreu a primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), um grupo de 100 famílias, que montaram seus acampamentos, porém devido a disputa e o conflito instaurado com os fazendeiros, a desapropriação não foi pra frente.

Houve muitas disputas de terra nesta região de Conceição do Araguaia, em Canarana, mesmo havendo muito ocupante que abandonaram suas terras, por diversos motivos que ali encontraram como: falta de dinheiro para investir, a distância da cidade, o que influenciava no acesso a saúde etc. Com tantas dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentaram e os conflitos entre eles, fez com que demorasse mais ainda a homologação do assentamento Canarana (ARRAZ, 2015). Segundo o autor,

No dia 24 de Julho de 1996 foi dada a Imissão de posse pelo INCRA e, finalmente, após quase dez anos de luta pela terra, foi publicada a portaria de criação do PA Canarana em 24 de Setembro de 1996, com o projeto inicial de 250 unidades agrícolas familiares, que logo foi elevada por meio de uma retificação do INCRA para 305

unidades familiares com redução das áreas, cada unidade com uma média de 33 hectares (ARRAZ, 2015, p. 61)

Os meios de vida ligados às experiências em assentamentos rurais de Conceição representam uma construção na forma de sobrevivência e inovação para os trabalhadores por meio do rural. A partir da constituição de Canarana a vida dos assentados naquela região só melhorou, quando os produtores puderam trabalhar com sua família, plantando, cultivando seus produtos e vendendo no comércio local ou na feira do produto rural, que fica a 45 km do assentamento, no município de Conceição do Araguaia, na PA- 449, sendo um local de difícil acesso, pois é estrada de chão com muitos buracos.

Porém os colonos enfrentam muitas dificuldades para levar seus produtos até a cidade, pois as estradas no período chuvoso fica intransitável, com muita lama, muitos buracos, atoleiro, impossibilitando a travessia dos produtores para chegar ao local onde realizam suas vendas, o que é uma importante fonte de renda para os trabalhadores rurais, as vendas de seus frutos, plantação e criação.

3.6 Canarana na atualidade- lote 14

Canarana atualmente conta com 33 famílias morando nesse assentamento, que é localizado na PA 449 no município de Conceição do Araguaia, conforme descreveu o presidente deste Assentamento. Nesse assentamento todos vivem da agricultura familiar, e tiram da atividade agrícola o sustento para sobrevivência de seus familiares, onde os produtores plantam diversidades na sua lavoura, e para comercialização o destaque é maior para a mandioca e abacaxi, além de variadas criações, como a de bovinos, gado leiteiro e suínos para abate.

Na maioria das terras são cultivados mais de um tipo de lavoura intercalada, como por exemplo: plantio de abacaxi e mandioca, pois a terra é propícia para esse tipo de plantio em toda essa região. Os produtores vendem seus cultivos em uma feira no mercado municipal da cidade de Conceição do Araguaia chamada “Aloiso Damasceno do Nascimento,” que fica à 45 quilômetros do assentamento. O mapa a seguir apresenta as áreas de cultivo de destaque no assentamento:

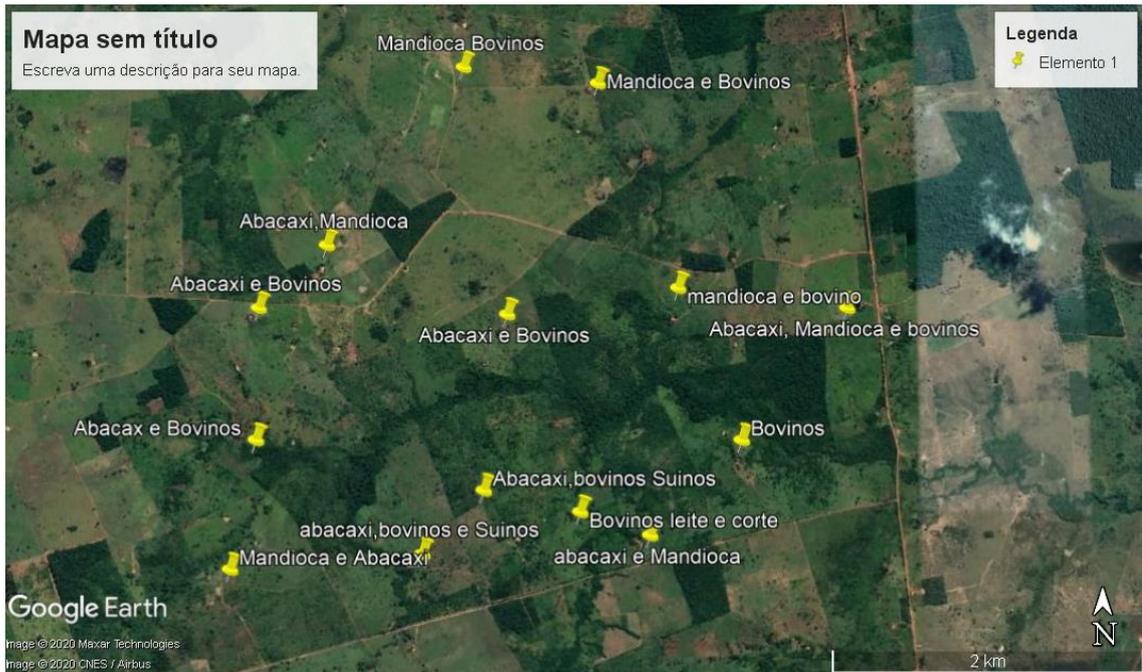


Figura 2. Mapa com as diversidades de produção no lote XIV canarana em Conceição do Araguaia-PA
 Fonte: Google Earth. Elaborado pela autora.

Os produtores têm diversos problemas para efetivar vendas de sua produção, e acabam sendo refém dos atravessadores na venda do seu produto, os compradores querem comprar toda a sua produção por um valor muito baixo, e os produtores se veem obrigados a vender para não perderem a sua produção, isso dificulta a vida do pequeno produtor, que precisa se manter e prover o sustento de sua família. Além disso, nessa região a produção do cultivo é bastante limitada devido os lotes serem pequenos, levando-os a diminuírem suas plantações e/ou suas criações de animais.

A agricultura familiar realizada no lote 14 Canarana é o meio de trabalho onde as famílias podem se unir e trabalhar juntas. Quem cultiva mandioca, pode vendê-la e ainda aumentar sua renda produzindo e vendendo farinha, e também para seu próprio alimento. Quem cultiva abacaxi, pode vender tanto a fruta, quanto a polpa, as atividades mais realizadas são a venda na feira e venda de cargas inteiras para caminhoneiros revenderem.

E nas criações se destacam os bovinos e suínos, que são criados para abate, alimentos das famílias assentadas e vendas na feira e nos açougues da região. A maioria dos trabalhadores levam os seus produtos para serem vendidos na cidade.

A figura 3 mostra o quão difícil é a trajetória dos trabalhadores que moram no Assentamento Canarana e região, nos tempos chuvosos se tornam ainda mais difíceis vender o que foi produzido na cidade, por causa das situações adversas das estradas os trabalhadores

rurais e pequenos agricultores são excluídos do mercado, ficando mais difícil a escoação de sua produção, fazendo com que seja reduzido o seu lucro.



Figura 3. Estrada do lote XIV canarana em Conceição do Araguaia-PA, bloqueada por ônibus em atoleiro
Fonte: ARRAZ,2015.

Para que haja desenvolvimento na região de Canarana, é necessário que tenha implantações de trabalho voltado a melhoria das estradas e construções de postos de saúde para atender o assentamento. Assim os trabalhadores teriam acesso à saúde e poderiam vender sua produção, fazendo com que seu capital gire, melhorando sua vida e da comunidade.

A agricultura familiar é uma boa alternativa para aumentar a renda, aumentando consequentemente o poder de compra e ajuda a desenvolver a região. O governo precisa investir mais em incentivos e políticas voltadas para essa área. Canarana vem sendo construída com base em diversas lutas e dificuldades, por isso a sustentabilidade ainda é bastante precária, por causa da falta de apoio por parte dos órgãos públicos e privados para aplicarem políticas de assistência em infraestrutura e técnica para uma reforma agrária efetiva, voltada a melhoria na qualidade de vida de seus assentados.

4 METODOLOGIA

Este artigo é um estudo sobre a luta por distribuição de terras na região Amazônia, com ênfase na criação do Assentamento Rural Canarana e como este se desenvolveu através da transformação dos posseiros sem-terra em agricultores familiares. Para a elaboração da fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa no Google acadêmico utilizando como “String” de busca os termos “Amazônia” e “assentamentos rurais” no título. Foram localizados 23 resultados que, após filtrar apenas os artigos publicados em periódicos nacionais e

internacionais, totalizou 12 estudos para análise. Todos foram lidos, fichados e posteriormente incorporados no texto que fundamentam este trabalho.

A pesquisa é descritiva, que segundo Gerhard et. Al. (apud Triviños, 1987), exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Para este estudo a pesquisa descritiva ajudou a relatar sobre a agricultura familiar e a forma como ele atua na promoção do desenvolvimento local. Esta pesquisa serviu para conhecer melhor a história de Canarana e como os trabalhadores lutaram para adquirirem suas terras e depois, por políticas públicas para investimento em suas propriedades. Uma entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Canarana Lote 14, que foi realizada a fim de compreender as transformações ocorridas, bem como pôde ser descrito como foi e como ainda é a vida dos assentados de Canarana e as dificuldades enfrentadas para a venda de seus produtos.

Foram utilizados dados e informações obtidos a partir de produtos e técnicas de geoprocessamento, imagens de satélite e tratamento dos dados por meio do software Google Earth, que mostram o antes e depois de Canarana, e como ela se desenvolveu a partir da agricultura familiar e como a região ainda necessita de investimentos em pavimentação das rodovias que deem acesso dos assentamentos à cidade de Conceição do Araguaia.

5 RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e uma entrevista com José Maria da Silva Santos, presidente da Associação dos moradores do Assentamento Canarana Lote 14, onde pode ser descrito como foi e como ainda é a vida dos assentados de Canarana, e as dificuldades enfrentadas para a venda de seus produtos.

Foi relatado durante a entrevista com o presidente acerca da história local, as batalhas enfrentadas para que o lote 14 se consolidasse no ano de 1996 quando ocorreu a imissão de posse, e como muita coisa mudou, e como a região melhorou bastante e as 305 famílias que ganharam o seu pedaço de terra tiveram suas vidas impactadas pelos os seus esforços e dos frutos de seu próprio plantio.

Mesmo com o ganho da terra, os trabalhadores tiveram que enfrentar grandes desafios, por serem pequenos agricultores de baixa renda não conseguiam manter suas propriedades, e seus plantios, o que resultou em grande evasão. Os trabalhadores de Canarana vão para a cidade, principalmente em busca de emprego, José Maria relatou também que uns dos motivos disso ocorrer é a busca de estudo para seus filhos.

Mesmo havendo políticas públicas voltadas para o fomento dos assentamentos da reforma agrária, ainda acontece bastante mudança dos trabalhadores rurais para o meio urbano, o que aconteceu com Canarana lote 14 não foi diferente, onde o meio de subsistência é o plantio e a venda dos mesmos, foi relatado que na atualidade existem apenas 33 famílias residindo e trabalhando lá.

Os trabalhadores que ainda residem em Canarana, vendem os seus produtos em Conceição do Araguaia nas feiras da região. As maiorias das plantações são de: Abacaxi, mandioca, e criação de bovinos e suínos. Buscam na agricultura familiar um meio pra melhorar suas rendas e assim se manterem na terra, podendo viver do que vendem e comer, trocar. A agricultura familiar ajudou Canarana e as famílias a não desistirem da vida no campo e assim obterem qualidade de vida, melhorando o seu poder de compra e fazendo a economia do assentamento girar, assim os trabalhadores rurais ganham e o pequeno comércio local também se beneficia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural a partir dos assentamentos da reforma agrária buscam valorizar e reconhecer a categoria da agricultura familiar a partir de ações e políticas públicas voltadas para o fomento das terras recebidas, e em projetos que o trabalhador rural pode apresentar na busca de recurso para sua terra.

A agricultura familiar é implementada como meio de captação de recursos, com baixo custo de produção e que a família trabalha junto para o crescimento de sua terra, onde acontece o desenvolvimento tanto da sua propriedade como do assentamento onde vivem.

Os assentamentos da reforma agrária dão condições de sobrevivência no meio rural e como meios de produção familiar que garantem renda, qualidade de vida e a segurança alimentar para inúmeros trabalhadores que se encontravam sob risco alimentar e social.

O desenvolvimento sustentável é um assunto que é bastante pertinente na realidade dos assentamentos rurais, principalmente quando analisamos que o lugar onde se inserem estão sob o olhar do bioma amazônico. Ainda que a conservação seja um ponto importante é preciso implementar recursos para que o pequeno agricultor tenha como se manter através agricultura familiar sem causar as grandes devastações para o meio ambiente. A educação ambiental deve ser um tema que jamais poderá sair de pauta, seja para o pequeno agricultor ou mesmo para os grandes latifundiários.

Devem-se buscar implantações de recursos de fomento e capacitação constante para o pequeno agricultor para que os motivem a permanecerem na terra, Canarana passou por grandes lutas e conseguiu sua consolidação, hoje os pequenos agricultores trabalham sob a ótica da agricultura familiar e, mesmo assim, houve grande evasão de pessoas para os centros urbanos da cidade. Para que diminua essa situação devem ser aplicados recursos no assentamento, melhorando a educação, implantando escolas técnicas voltadas para agricultura, assim os trabalhadores podem aplicar seus conhecimentos no local onde vivem e fortalecer ainda mais o desenvolvimento rural.

É necessário investimentos nos assentamentos em busca de melhorias nas estradas, para que melhore assim o escoamento da produção dos agricultores. É imprescindível a aplicação de um sistema que atenda os assentamentos com assistência técnica, com profissionais residentes e especializados dentro dos assentamentos e que promova medidas adequadas à realidade local, sendo importante maior esforços no sentido de equilibrar as terras advindas da reforma agrária. Por outro lado, é imprescindível evitar grandes extensões de terras na hora da divisão, pois dificultam o investimento e a organização interna, e isso interfere diretamente em seu desenvolvimento.

Por fim uma recomendação, que possam ser aprimoradas as políticas sociais, voltadas para os projetos de assentamentos rurais, visando o lado econômico, social e ambiental, com planejamentos e acompanhamentos, que tenha o desenvolvimento de cada assentamento da região, e que as terras da reforma agrária sejam mais valorizadas diminuindo assim a evasão para a cidade pelos trabalhadores rurais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAZ, Rafael Miranda. **Análise das Condições de Sustentabilidade da Agropecuária em dois Assentamentos Rurais de Produção Conceição do Araguaia –Pará.** 2015, Lajeado-PA.

DAMASCENO, NagilaParente; KHAN, Ahmad Sede; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales **Impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2011.Fortaleza-CE.

LEI. 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em senado.leg.br. Acesso em novembro 2019.

LOPES, Edineudo Oliveira, GLÓRIA, Ronnio Filintro Décio, RIBEIRO, Williams da Silva. **Relação Entre a Ocorrência de Queimadas, Variação Climática e o Regime Hidrológico do Rio Araguaia no Município de Conceição do Araguaia nos Últimos Dezenove Anos. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 03, Ed. 08, Vol.12, pp. 31-52, Agosto de 2018.

LUZ. Isau Coelho. **Rastros e Pegadas.** 2011. Goiânia-GO.

MACHADO. Stella de Castro Santos. **A Agricultura Familiar e Políticas Públicas como Instrumentos para o Desenvolvimento Local: O cultivo do Abacaxi no Município de Conceição do Araguaia- PA.** 2015. Belém-PA.

Portal do IBGE. 2019. Disponível em. <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=concei%C3%A7%C3%A3o+do+Araguaia>. Acesso em 28.10.2019 às 20:00 horas.

PUPIO, Elizamar Gomes da Silva. **Ação Local Territorial: Um Estudo em Conceição do Araguaia – PA.** 2018, Marabá –PA.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA. Danielle **Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA.** 2012.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. 1999. Brasília-DF.

SOARES. Leila Matos Wilma; FILHO. Urbano Reis Patto; CARNIELLO. Monica Franchi; RICCI. Fabio. **Caracterização da microrregião conceição do araguaia – pará: possibilidades de desenvolvimento regional.** Taubaté, SP, 2017.

SOUZA, Aline Lessa de; CAMPOS, Milton C. Costa; DA SILVA, Viviane Vidal; SOARES, Catarine da R; SILVA, Welington Luiz de Melo: **Sustentabilidade Ambiental na Amazônia e os Assentamentos Rurais, 2018. Manaus – AM.**

TERENCE, Marcelo Fernando: **Avanços e Limites da Reforma Agrária no Sul do Pará: Um estudo a partir do assentamento Canarana.** 2013 São Paulo-SP.

TOURNEAU, François Michel le; BURSZTYN Marcel. **Assentamentos Rurais na Amazônia: Contradições entre a política Agraria e a política Ambiental.** Campinas- SP.